

Professores falam sobre educação e desigualdade

Docentes participantes do Programa Estadual de Formação 2010/2012 discorrem sobre “Capitalismo, Estado e Desigualdade: Impactos na Política Educacional”, tema abordado na última etapa

“A formação político-sindical é fundamental para o avanço da consciência dos trabalhadores/as em educação e também para elevar a capacidade de compreensão e intervenção política, por isso é emancipadora. Trata-se de um instrumento de luta por mudanças na categoria dos profissionais da educação, por uma sociedade humana e igualitária e, ainda, por valores culturais e comportamentos que signifiquem o fim da discriminação e exclusão”. A afirmação é da secretária de Formação da APP-Sindicato, Isabel C. Zollner.

Para ela, os objetivos da formação são formar dirigentes sindicais e formadores, além de contribuir para que os/as educadores/as tenham uma visão crítica da realidade, das relações sociais, do mundo. Também é para que se percebam como sujeitos da história, capazes de analisar a realidade, elaborar propostas para sua transformação e agir coletivamente.

Com o tema “Capitalismo, Estado e Desigualdade: Impactos na Política Educacional”, a segunda etapa do curso de Formação, ocorrida no início de agosto, em Curitiba, mostrou como estes três subitens estão interligados. “O tema contribui para compreendermos que o mercado e o estado determinam os níveis de igualdade e desigualdade social. E, mais que isso nos permite compreender a desigualdade educacional”, explica.

Por isso, nesta entrevista, os professores** Marcos Alexandre dos Santos Ferraz (Minero), Gisele Adriana Maciel Pereira e Gabriela Schneider falam sobre os desafios enfrentados no cotidiano das escolas. No entanto, mais do que detectar problemas, mostram que a formação, como o curso que a APP vem fazendo, ajuda os educadores a encontrar estratégias para lidar com estes problemas.

30 de Agosto – Como o tema “Capitalismo, Estado e Desigualdade” no Programa de Formação da APP pode ajudar a identificar processos de privatização do público e publicização do privado nas escolas no sentido de buscar a diminuição, ou até a superação das desigualdades?

Gisele e Gabriela - Pensar a educação na atualidade é, inicialmente, considerá-la como direito social, um direito que está em constante disputa no âmbito do Estado. Este se insere em um modo de produção capitalista que ajuda a desenhá-lo, ainda que não sem resistências e sem conflitos, e marcado por outras características. Entender a realidade que vivemos, a sociedade na qual se está inserido, pressupõe analisar o capitalismo e ver como esse se vislumbra na sociedade e no âmbito do Estado. Como os direitos sociais, definidos por lei, são barrados por interesses mercantis, próprios de uma sociedade onde o modo de produção capitalista vigora, e onde, cada vez mais o mercado ganha força em detrimento do público. Os Estados têm cada vez mais diminuídos sua ação frente à garantia dos direitos sociais, ampliando as desigualdades, em muitos países de forma ainda mais gritante, já que nunca tiveram um verdadeiro Estado de Bem Estar Social.

Nesse sentido, o tema ‘Capitalismo, Estado e Desigualdade’ é imprescindível para analisar as diversas mudanças que vêm ocorrendo e afetando os diversos direitos sociais e entre eles, o direito à educação. A educação é um direito garantido, por sua relevância, tem se tornado cada vez mais assunto e ação do poder público, que apesar de garanti-lo, muitas vezes, o faz de maneira diversificada, por meio da privatização de alguns serviços. Ainda que o poder público financie a educação, já que entende sua importância, nem sempre se responsabiliza pela sua execução, por vezes, ampliando ainda mais as diversidades de oferta, deteriorando as condições de trabalho dos profissionais.

Entender as relações a que estão submetidos os/as trabalhadores/as em educação, perceber a realidade e as contradições a que estão submetidas as escolas e a própria sociedade, são o

primeiro passo para possíveis mudanças. Sem o entendimento e a compreensão da dialeticidade presente na realidade social e conseqüentemente na escola, é muito difícil modificar ações e superar desigualdades.

Minero - Quando falamos em desigualdades, estamos sempre diante do seu oposto: a igualdade. Ou seja, a superação das desigualdades está sempre conectada ao universo de igualdade que vislumbramos como possível e/ou desejável. Assim, a primeira questão para enfrentar este binômio é constituir um processo pelo qual possamos continuamente desnaturalizar (horível palavra) os universos simbólicos nos quais definimos os parâmetros ou as medidas, tanto da desigualdade como da igualdade. Quando debatemos ‘Capitalismo, Estado e Desigualdade’ procuramos compreender o papel institucional que o mercado e o Estado exercem na estruturação dos processos de socialização entre os indivíduos. Isto significa dizer: o papel que o mercado e Estado exercem no processo de estratificação da sociedade. Este debate, portanto, procura iluminar a nossa capacidade de vislumbrar os processos institucionais e estruturais de construção dos mecanismos que consolidam as medidas da desigualdade. Isto nada mais é que o processo de privatização do público e publicização do privado em qualquer realidade social.

30 de Agosto - Qual a relação entre desigualdade social e desigualdade educacional? Como ela se expressa na nossa realidade? Como podemos identificar essas relações no cotidiano da Escola?

Gisele e Gabriela - Em 1960 Coleman, um pesquisador norte-americano, já constatava a forte relação entre bons desempenhos estudantis e o nível socioeconômico e sociocultural das famílias, explicitando que os alunos/as aprendem mais quando a família tem mais dinheiro e instrução. Hoje tal fator é bastante perceptível nas diversas escolas de nosso país e, ainda que a escola possa fazer a diferença, outros mecanismos acabam reforçando uma desigualdade que já vem da heran-

ça familiar. No interior da escola, a relação exposta acima fica explícita, pois os/as alunos/as com mais dificuldades, são, em geral, aqueles que têm uma condição de vida mais precária, ao mesmo tempo é para eles que a escola faz uma diferença maior, afinal eles não aprendem independente desta.

A relação entre desigualdade social e educacional é bastante visível no país, quando se analisa, por exemplo, quais são as escolas com condições mais precárias de infra-estrutura, de formação de professores/as, com o menor custo-aluno ano, percebe-se que a maior parte delas fica justamente na região mais pobre do país, ou seja, o nordeste e o norte. Essa proximidade entre a desigualdade no âmbito social e educacional pode ser analisada também sob a ótica do federalismo brasileiro, afinal o que se tem na realidade atual brasileira são os três entes federados dividindo as responsabilidades pela educação, sendo que o município, em geral, aquele que apresenta a menor arrecadação, é o responsável pela Educação Infantil e Ensino Fundamental (na maioria, séries iniciais), as duas etapas mais caras, segundo estudos do “Custo Aluno Qualidade Inicial”. O Estado por sua vez é responsável pelo Ensino Médio e por colaborar com o município na oferta do Ensino Fundamental, que acaba, por vezes, representando a oferta das séries finais. E a União, aquela que tem a maior arrecadação prioriza o Ensino Superior e tem ações mais pontuais (via FNDE) para a Educação Básica.

Tal lógica de financiamento acaba proporcionando que as escolas que acabam concentrando a maior parcela da população, ou seja, as de EF, apresentem condições mais precárias, enquanto os níveis mais altos, que na realidade brasileira não atendem a todos. Reproduz-se a lógica escola pobre para pobre que, muitas vezes, é acentuada pela própria realidade do município.

Minero - O processo educacional é um processo de socialização, pautado pelo conhecimento formal e racionalizável. Desigualdade educacional, portanto, é um déficit ou um superávit na capacidade de racionalizar o processo de relações sociais ou na capacidade de reter e dominar conhecimentos necessários para exercer ou disputar funções hegemonicamente úteis no interior da sociedade. A desigualdade educacional, portanto, pode se relacionar com a desigualdade social antes, durante ou depois do ingresso de alunos/as no Sistema Educacional. Antes, como resultante de uma desigualdade social externa ao universo escolar. Durante, pela definição de conteúdos e por processos de aprendizagens que valorizam saberes da cultura dominante. E depois, no direcionamento dos egressos do Sistema Educacional aos papéis sociais pré-estabelecidos pelas divisões de gênero, classe, raça, entre outros. Um sistema educacional orientado, portanto, única e exclusivamente

por saberes formais técnicos, tende a ampliar as desigualdades sociais, por considerar a desigualdade educacional final, apenas como um resultado das habilidades individuais diferentes, sem conexão com as desigualdades sociais. Por outro lado, menosprezar os saberes formais técnicos tem o mesmo perverso resultado. Pois, ao privilegiar a necessidade de se adaptar as desigualdades sociais prévias, esquece-se de promover uma igualdade educacional, muitas vezes limitando o universo simbólico das minorias sociais. Se alunos/as estiverem saindo das escolas com um universo simbólico mais amplo do que entraram, é provável que a escola esteja cumprindo o seu papel político de enfrentar desigualdades sociais e desigualdades educacionais. Para isto, portanto, precisamos nos perguntar seriamente sobre o universo simbólico dos nossos trabalhadores/as da educação.

30 de Agosto - Quais são as estatísticas das desigualdades sociais no mundo (Norte/Sul), no Brasil e no Paraná?

Gisele e Gabriela - O índice de Gini que tem como objetivo perceber o grau de desigualdade de um país, juntamente com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) são importantes instrumentos para analisar a condição social de um país. Ao analisar esses índices se percebe que muitos países, como os da América Latina, por exemplo, apesar de apresentarem um índice de desenvolvimento alto, são extremamente desiguais.

No Brasil, em 2001, 20.3% da população vivia em situação de extrema pobreza e 32.9% em pobreza. A renda familiar média por pessoa varia de 542,91 reais no nordeste a 1.102,36 reais no sudeste (TATIANE MENEZES, S/D).

Ao pensar esse índice para a educação, vemos diferenças extremas entre os diversos países. Na questão do financiamento da educação, pode-se constatar que os países mais desenvolvidos, que são também os mais ricos, são aqueles que mais investem em educação. Em 2002 o gasto ano por aluno/a no ensino fundamental séries iniciais (educação primária) no Brasil era de 842 em dólar convertido (PPP – poder de paridade de compra) enquanto a Coreia do Sul gastava 3.553, os EUA 8.049, a Espanha 4.592.

Se a isso se alia, por exemplo, a taxa bruta de escolarização no primário (em 2007), tem-se que a média (ponderada) dos países desenvolvidos é de 96%, a dos países em desenvolvimento é de 86% e da América Latina é de 95% (UNESCO, 2008). Ainda que a diferença entre a taxa dos países desenvolvidos e da América Latina na educação primária, esta se acentua no secundário, tendo 99,3% e 93,7%, respectivamente.

Outros indicadores também reforçam a melhor condição de oferta dos países desenvolvidos em relação aos em desenvolvimento e a América Lati-

na. Na relação alunos/as por professor/a, na educação primária, tem-se 17, 29 e 25 respectivamente. O que demonstra uma forte relação entre as condições econômicas do país e a oferta da educação. Ao trazer os resultados de avaliações internacionais, vai-se perceber que os melhores desempenhos estão, em geral, nos países mais desenvolvidos e que tem melhores condições de oferta em relação aos demais.

O Brasil por ser um país de grandes extensões e que não possui um sistema nacional de educação, além de se organizar por meio da descentralização, inclusive no âmbito do município, tem sua realidade marcada por grandes discrepâncias, que vão desde diferenças de infraestrutura até salário de professores/as, número de alunos/as por turma e se refletem no desempenho e no fluxo escolar.

Segundo dados do Inep de 2007, 89,9% da oferta do ensino fundamental brasileiro é público. Ao analisar a divisão da matrícula da educação básica por regiões constata-se que o nordeste concentra 31% do alunado, o sudeste 39%, o sul 13%, o centro-oeste 7% e o norte 10%.

A média de anos de estudo nessas regiões varia (em 2005), sendo de 6,02 no Norte, 5,04 no Nordeste, 7,24 no Sudeste, 6,91 no Sul e 6,79 no Centro-Oeste. Percebem-se que os pólos mais desenvolvidos têm as maiores médias de anos de estudo, segundo dados do PNAD/IBGE (2008). Ao analisar a taxa de distorção idade/série, tem-se que a região nordeste apresentando a pior situação: 84,1% dos alunos/as com 14 anos apresentando essa distorção, contra apenas 51,8% do sudeste. Ainda que ambos sejam elevados o nordeste apresenta uma situação bem mais precária. A relação entre desigualdade social e educacional é mais uma vez percebida.

Dessas análises pode-se concluir que “O Brasil compreende cinco regiões geográficas que têm economias e indicadores sociais contrastantes” (BECKER, 2006, p. 6) os quais têm impacto significativo nas condições de oferta e garantia do direito à educação.

***Marcos Alexandre dos Santos Ferraz (Minero) - graduado em Comunicação Social pela UFPR (1994), mestre em Sociologia pela UFPR (2000) e doutor em Sociologia pela USP (2005). É professor da Universidade Federal da Grande Dourados/MS.*

***Gisele Adriana Maciel Pereira - Graduada em Pedagogia pela UFPR. Mestranda em Educação e professora substituta da UFPR.*

***Gabriela Schneider – Graduada em Pedagogia e Mestre em Educação pela UFPR. É professora da rede pública municipal de Curitiba e professora substituta da UFPR.*

Confira a íntegra da entrevista no portal da APP-Sindicato.